



CULTURA, IDENTIDADE E NEOLIBERALISMO NA RUANDA PÓS-GENOCÍDIO: EM BUSCA DE UM NOVO HOMEM RUANDÊS

Danilo Fonseca

Unicentro - Universidade Estadual do Centro Oeste

daniloffonseca@gmail.com

Resumo:

Após o genocídio ruandês de 1994 cometido contra tutsis e hutus moderados, o governo da Frente Patriótica Ruandesa começou uma série de políticas para gestar a reconciliação e a unidade do país e de seu povo. O presente artigo visa analisar, no âmbito de práticas e valores culturais, as propostas realizadas pelo governo ruandês, em que a partir de resgates culturais do passado de Ruanda, a FPR gesta uma série de propostas de mudanças para os ruandeses, principalmente no que tange questões que envolvem o patriotismo, a unidade nacional e o mundo do trabalho.

Palavras-chave: Ruanda; Cultura; Neoliberalismo; Identidade

Abstract:

After the Rwandan genocide of 1994 committed against Tutsis and moderate Hutus, the government of the Rwandan Patriotic Front initiated a series of policies for a reconciliation and a unit of the country and its people. The present article aims at the analysis of practices and cultural values as proposals made by the Rwandan government, in which, from the cultural rests of the past in Rwanda, a RPF realize a series of proposals for changes for Rwandans, especially regarding questions that involve Patriotism, national unity and the world of work.

Key-words: Rwanda; Culture; Neoliberalism; Identity

Introdução

Em 1994, Ruanda passou por um dos mais cruéis genocídios do Século XX. Entre abril e junho daquele ano, algo em torno de 800 mil e 1 milhão de ruandeses entendidos como tutsis e hutus moderados foram brutalmente assassinados por parte da população hutu local. Tal processo fica ainda mais complexo e chocante se tivermos em mente que foi também executado por pessoas comuns que, ao serem conduzidas por extremistas hutus, pegaram em facões e assassinaram seus vizinhos e compatriotas de longa data.

Por mais que alguns autores coloquem o genocídio ruandês como resultado de uma espécie de “psicopatia”¹ coletiva, precisamos partir da concepção de que existe uma complexidade histórica gigantesca envolvida nos caminhos seguidos pelos ruandeses. A história de Ruanda não é e não pode ser entendida como um mero acúmulo de ódio étnico entre tutsis e hutus que se manifesta em momentos violentos, mas sim como um processo plural e multicausal em que a própria identidade dos ruandeses permeia questões culturais, econômicas e políticas que podem ou não ser questões étnicas e/ou interétnicas.

Nesse sentido a etnicidade de tutsis e hutus vai além de meras questões “tribalistas”, se manifestando de diversas maneiras na sociedade ruandesa, sendo um “poderoso veículo organizatório”, conforme nos aponta Manuela Carneiro da Cunha (1986, p 243).

A partir do momento que, em 1990, as forças da Frente Patriótica Ruandesa (FPR) invadem o norte de Ruanda pela fronteira com Uganda, o já fragilizado governo do ditador General Juvenal Habyarimana busca, a partir de uma propaganda massiva, resignificar alguns pontos que envolvem a relação de identidades de tutsis e hutus, de modo a conseguir manter a sua posição frente à população ruandesa em um momento de eminente conflito armado com a oposição da FPR (FONSECA, 2013).

A Frente Patriótica Ruandesa (grupo armado composto por opositores exilados)² passa a ser propagandeada num primeiro momento como uma organização próxima aos antigos *Inkotanyi*, ou seja, a antiga aristocracia da sociedade Banyarwanda³ que era composta quase que exclusivamente por tutsis e que foram expulsos do país com a Revolução Hutu de 1959.

¹ Termo utilizado em: SILVA, Alexandre S. *A intervenção humanitária em três quase-Estados africanos: Somália, Ruanda e Libéria*. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2003, p.70.

² Grupo majoritariamente composto por Tutsis, mas também possuía importantes membros hutus em sua liderança e também corpo administrativo e militar.

³ Os Banyarwandas foram um grupo que viveram na atual região de Ruanda até meados do século XX. A Ruanda moderna é predominantemente composta por descendentes desse tradicional povo.

Dessa correlação entre a FPR e *Inkotanyis*, grupos extremistas de hutus começam a propagandear uma relação entre todo e qualquer tutsi com a oposição armada da FPR, para, a partir daí propor uma solução de extermínio de tais figuras.⁴

Após quase quatro anos de guerra civil entre as forças governistas do General Juvenal Habyarimana e a oposição armada, quando o Tratado de Arusha parecia que selaria uma paz em Ruanda, o avião presidencial de Habyarimana foi abatido.⁵ A morte do presidente ruandês em 6 de abril de 1994 fez com que os esforços de paz fossem cancelados e já no dia seguinte grupos extremistas saíram as ruas com o intuito de assassinar tutsis e hutus opositores (tidos como traidores) e assim o fizeram por pouco mais de cem dias, até que as forças da Frente Patriótica Ruandesa dominassem quase todo o território de Ruanda.

O presente artigo faz parte de um esforço mais amplo de compreender a reconstrução do país após o genocídio de 1994, refletindo como o país atravessou e encara tal trauma coletivo em diferentes âmbitos.⁶ Mais especificamente, neste momento refletimos acerca do modo que o governo ruandês propõe uma reelaboração dos valores e práticas culturais do país, tentando sublimar características tidas vulgarmente como étnicas entre tutsis e hutus, e valorizando pontos culturais que supostamente ajudariam na superação do trauma, na unidade entre ruandeses e principalmente no desenvolvimento do país.

Para atingir tal propósito tivemos como principal foco a análise do documento “Rwandan Cultural Value in National Development”, construído pela NURC - “National Unity and Reconciliation Commission” (Comissão de União Nacional e reconciliação) no ano de 2011.

A partir da análise de tal documento, pretendemos aqui entender mais profundamente a construção de identidades propostas pelo governo ruandês da FPR após o genocídio de 1994, construindo comunicações com o seu respectivo projeto político e econômico de unificação nacional e desenvolvimento sustentável. Com tais comunicações em mente, conseguimos problematizar melhor a reconstrução do país após 1994, assim como a própria formação de identidades que emergem de um processo de trauma coletivo, como foi o caso do genocídio.

⁴ Para mais informações ver: FONSECA, Danilo F. **A mídia ruandesa no genocídio de 1994: a relação entre tutsis, Inkotanyis e a Frente Patriótica Ruandesa**, Em Tempos de História, Brasília, jan – jul/2013.

⁵ Ainda hoje não existem respostas acerca de quem seria o responsável pela queda do avião presidencial, se seria um ataque opositor ou até mesmo de membros insatisfeitos do próprio governo do presidente.

⁶ Dentro de tal propósito já foi refletido: FONSECA, Danilo F. **Direitos costumeiros e crimes internacionais: a justiça ruandesa após o genocídio de 1994 – Tribunais Gacaca e Abunzi** Odeere: revista do programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, Ano 1, número 2, volume 1, Julho – Dezembro de 2016.

É importante destacar que o estudo acerca da Ruanda pós genocídio de 1994 é extremamente relevante para a compreensão das relações étnica no mundo contemporâneo, tendo em vista principalmente o extremismo atingido em 1994 e os modos que as questões entre tutsis e hutus foram problematizadas pelo governo ruandês da FPR, após esse traumático processo.

A construção de pesquisas que envolvem o passado e o presente de uma territorialidade como Ruanda é de fundamental importância para o mundo contemporâneo tendo em vista que a compreensão de tal processo nos ajuda a problematizar as relações étnicas em um mundo globalizado e multicultural, e que enfrenta uma gigantesca onda conservadora de intolerância e manifestações políticas e sociais que criticam a diferença e a pluralidade, e pregam uma homogeneização da sociedade. Onda esta que permite (diretamente ou pela indiferença) a morte de milhares de sujeitos provenientes principalmente da África e Oriente Médio que buscam a travessia pelo Mediterrâneo para atingir a Europa.

É evidente que a construção da presente pesquisa necessita partir de uma base teórica para o seu desenvolvimento, sem a qual corre o risco de cair em contradições e em argumentos sem a profundidade exigida para a reflexão deste porte. Para tal, nos propomos a construir um estudo a partir de contribuições e reflexões realizadas por Walter Benjamin (1892-1940). Tal intelectual, possui reflexões muito ricas e que possibilitam a ampliação do conhecimento, sendo possível construir pontes entre os seu arcabouço teórico e o objeto da presente pesquisa.

O alemão Walter Benjamin, que foi um membro marginalizado dentro da Escola de Frankfurt e a sua Teoria Crítica da Sociedade, nos possibilita refletir acerca da construção de relações de poder na sociedade contemporânea. Refletindo durante o período de pura barbárie da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), e ampla perseguição, inclusive, sendo perseguido pelas forças nazistas da SS, Benjamin possuiu a sensibilidade de perceber que a tarefa de um pesquisador é sempre de “*escovar a história a contrapelo*” (BENJAMIN, 1993, p. 225), buscando as vozes que não colaboram com o “*continuum da história*”, já que este *continuum* faz com que “*o ‘estado de exceção’ em que vivemos seja a regra geral*” (BENJAMIN, 1993, p. 226). A percepção de que o mundo contemporâneo vive uma profunda crise e barbárie constante (e não diversos momentos de exceção) é fundamental para se entender a história de Ruanda.

Uma nova Ruanda para novos ruandeses

O término do genocídio, em julho de 1994, quando o conflito já havia se desgastado destruindo grande parte do país, resultou na vitória e conquista de Ruanda pelas forças armadas da Frente Patriótica Ruandesa, com exceção da região urbana e rural de Kigali que naquele momento havia sido ocupada por regimentos das forças armadas francesas com o intuito de amenizar o conflito que perdurava meses e gerar uma região livre de armas.⁷ (GOUREVITCH, 2006, p. 154).

A vitória da FPR trouxe uma grande legitimidade diante da comunidade internacional e também aos ruandeses contrários ao conflito promovido entre os governantes da linha de Habyarimana e a oposição política e militar, promovendo o General Paul Kagame como a mais nova e importante figura política ruandesa, ficando ao seu cargo o processo de transição para um regime baseado numa democracia eleitoral.

Passadas mais de duas décadas, o General Kagame ainda se mantém no maior cargo executivo do país, comandando o processo de transição entre os anos de 1994 e 2003, e sendo eleito duas vezes com mais de 90% dos votos nas eleições de 2003 e 2010 para dois mandatos de sete anos, garantindo assim, um governo até 2017, totalizando vinte três anos contínuos, superando, inclusive a Segunda República do ex-presidente Juvenal Habyarimana que perdurou vinte e um anos (1973 – 1994).

Assim como Habyarimana foi um dia, Kagame é ainda hoje uma figura bem quista pela comunidade internacional, apesar de sofrer críticas pontuais acerca do modo como conduz a sua política interna. Mas, em termos econômicos, Kagame possui um grande reconhecimento pelo ocidente, sendo eleito um dos melhores políticos africanos e uma das personalidades mundiais, o que na grande parte das vezes acaba minimizando os problemas internos enfrentados pelo seu governo.

Em âmbitos políticos, Ruanda permanece um país restrito e fechado, impedindo muitas vezes a articulação da oposição política e midiática que é duramente perseguida e até exilada, principalmente nos momentos de realização eleitoral, em que poucos candidatos conseguem se candidatar e se promover frente à população.

A perseguição realizada por Kagame alcança certa legitimidade diante da população devido ao seu discurso de união nacional entre os diferentes grupos étnicos e de supressão das identidades étnicas de tutsis e hutus, em que todos aqueles que nascem em Ruanda são apenas

⁷ Os motivos da ação francesa em Ruanda ainda são obscuros, ainda mais pela sua frágil atuação, permitindo a fuga de criminosos de guerra e até a permanência de assassinatos em regiões de seu domínio.

ruandeses. Dessa forma, qualquer fala política que relembre tais categorias étnicas acabam sendo proibidas de exercer a política livremente no país, já que estariam promovendo a desunião dos ruandeses e semeando os princípios do genocídio.

Porém, a argumentação trazida pelo governo de Kagame é extremamente frágil, dado que as relações étnicas entre tutsis e hutus são extremamente plurais, além de o genocídio ruandês ter ido muito além de uma mera divisão causada por um ódio ou desunião étnica entre tutsis e hutus. Podemos pensar que tais preposições da Frente de Libertação Nacional possuem intencionalidades obscuras que vão além de uma mera união nacional, mas que também estão atreladas a uma posição política e econômica de seus atuais grupos hegemônicos.

A Frente de Libertação Nacional e o neoliberalismo

Mesmo com tais posicionamentos políticos, Kagame ainda possui boas relações com muitos países ocidentais, o que é sustentado principalmente pela sua agenda econômica, ainda mais pelo fluxo financeiro de doações de Ongs e de múltiplos governos que Ruanda passa a receber após o genocídio, aumentando o interesse de muitos neste pequeno país.

Podemos refletir sobre a relação do General Paul Kagame com o ocidente a partir da obra *“Rwanda, inc”*, de Patricia Crisafulli e Andrea Redmond (2012), que escrevem esse livro para refletir acerca da política econômica de Kagame. Todavia, a obra, financiada pela VISA Inc (possuindo inclusive um prefácio do diretor comercial da empresa), mais parece um panfleto de propaganda do atual governo de Ruanda, buscando enaltecer a figura de Kagame e as conquistas que realizou para seu país.

Na obra, Kagame é visto como uma figura chave para o desenvolvimento de Ruanda, já que a sua maneira de administrar o país não proveria “do modo africano tradicional” (conforme aponta a obra), mas sim de uma maneira “mais moderna”, parecida com o posicionamento de um empresário ou diretor de uma companhia.

Desta forma a liderança e o modo de governar de Paul Kagame são entendidos como se tivessem:

fortes paralelos a um líder empresarial; [pois] sua visão é abrangente e exigente com atenção aos detalhes, e rígido para a execução. Na verdade, a maneira como ele

conduz Ruanda - como um pró-setor privado, a economia de livre mercado com estruturas de governança que aumentam a transparência e defendem a tolerância zero para a corrupção. (CRISAFULLI, P. & REDMOND, A. 2012, p.16) [tradução própria]⁸

A postura de Kagame no trecho acima se aproxima em muito de uma figura política neoliberal, com uma ampla crença no livre mercado e na ação da iniciativa privada. É comum dentro das obras de reconstrução do país e de sua infraestrutura, que estas sejam entregues aos interesses da iniciativa privada, como é o caso de muitas estradas e o setor de comunicações que são privatizados pelo governo de Kagame. Segundo Kabunda Badi (2008), a privatização da infraestrutura de países africanos está diretamente vinculada à crescente onda neoliberal que o continente atravessa desde o início da década de 1990.

No caso das comunicações, o General Kagame investiu 95 milhões de dólares para construir dois mil e trezentos quilômetros de fios para comunicação de celular e internet gestada pela iniciativa privada possibilitando que a quantidade de ruandeses com aparelhos celulares saltasse de 6% em 2006 da população para algo em torno de 45% em 2011 (CRISAFULLI, P. & REDMOND, A. 2012, p.20). É evidente que tais números se apresentam como um avanço, mas o preço que a população ruandesa paga e ainda pagará por tal atitude já é conhecido por territorialidades que passaram por esse mesmo processo.

Mesmo com esse significativo aumento no acesso a telefonia móvel, e em outros setores econômicos do país, Ruanda continua sendo um país constituído pela pobreza, em que aproximadamente 45% da população vive na pobreza e 24% na extrema pobreza, sendo que a grande maioria destes ruandeses vivem em pequenos lotes rurais dos quais retiram apenas a sua subsistência (80% da população ruandesa) (CRISAFULLI, P. & REDMOND, A. 2012, p.20).

Diante de tais pontos, podemos perceber que o governo do presidente Paul Kagame possui uma postura pró-ocidente que de certo modo poderia entender o “tradicional africano” como algo a ser superado, se aproximado mais de uma modernidade ocidental e se afastando de diferentes modernidades propostas pelo mundo africano, o que fica evidente pela ampla valorização da economia de mercado e de uma suposta postura empresarial na governança de Kagame.⁹

⁸ No original: A study of his leadership in Rwanda reveals strong parallels to a corporate leader; his comprehensive vision, exacting attention to details, and drive for execution. Indeed, the way he leads Rwanda – as a pro-private sector, free market economy with governance structures that enhance transparency and uphold zero tolerance for corruption.

⁹ A análise acerca do neoliberalismo na África é aqui compreendida por Kabunda Badi, principalmente com a obra: África em La globalización neoliberal: las alternativas africanas. (BADI, Kabunda. 2008).

Ao contrário do projeto de Habyarimana que focava na produção rural, a grande preocupação de Kagame é com os centros urbanos de Ruanda, principalmente Kigali, investindo nestes locais para que eles fiquem mais atrativos, o que é percebido pelas autoras da obra *Rwanda, Inc*, que elogiam a segurança e a limpeza da cidade:

Para muitos visitantes ocidentais de primeira viagem, o que muitas vezes é mais impressionante sobre Ruanda é o quão limpa é: quase não há lixo em qualquer lugar. O segundo é o quão seguro é. Uma mulher americana que agora vive em Kigali compartilhou conosco que, ao contrário de outros lugares na África, ela não pensa duas vezes antes de andar sozinha à noite carregando seu laptop e celular; nem a pessoa ou a propriedade está em risco. O principal motivo é a presença altamente visível de forças policiais e militares. Soldados em caminhões a caminho de suas estações ou com uma AK-47 em punho em uma esquina perto de um hotel frequentado por estrangeiros são constantes lembretes sobre a importância da segurança e da estabilidade em um país que conheceu a brutalidade indescritível e ainda enfrenta ameaças de ex-genocidas, que estavam por trás do genocídio de 1994, e os seus apoiadores, alguns dos quais se refugiaram na fronteira no leste do Congo. (CRISAFULLI, P. & REDMOND, A. 2012, p.21).[tradução própria]¹⁰

Podemos perceber que as autoras valorizam a segurança do país devido a presença de militares nas ruas da capital e, principalmente, nas portas dos hotéis, para que os estrangeiros possam ir mais tranquilamente para Ruanda, numa inversão de valores, em que a própria população é reprimida ou carente de segurança, e, mais do que isso, ocorre uma militarização da segurança com homens fortemente armados pelas cidades.

O investimento de Kagame na reconstrução de Ruanda passa principalmente pela reconfiguração dos centros urbanos para atrair empresas estrangeiras e seus possíveis investimentos na região, para tal o presidente busca reconstruir o centro econômico da capital que tem como seu novo ícone a *Kigali City Tower*, um arranha-céu com mais de vinte andares, construído com iniciativa do governo. Porém, esta nova capital é também uma propagadora de novos valores sociais e culturais mais próximos dos ocidentais, em que são

¹⁰ No original: For many first-time Western visitors, what is often most striking about Rwanda is how clean it is: there is almost no litter anywhere. The second is how safe it is. An American woman who now lives in Kigali shared with us that, unlike other places in Africa, she does not think twice about walking alone at night carrying her laptop and cell phone; neither person nor property is at risk. The main reason is the highly visible presence of police and military. Soldiers in trucks en route to their stations or toting AK-47s on a street corner near a hotel frequented by foreigners are constant reminders of the importance of security and stability in a country that has known unspeakable brutality and still faces outside threats from former *genocidaires*, who were behind the 1994 genocide, and their supporters, some of whom have taken refuge across the border in eastern Congo

construídos shoppings para incentivar o consumo e também salas de cinema que propagam a indústria cinematográfica norte americana.¹¹

O compromisso com essa nova sociedade proposta por Kagame, que valoriza muito mais o meio urbano em detrimento ao rural, buscando se submeter às vontades do livre mercado, é tamanho que o General chegou a mudar a língua oficial do país, rejeitando a antiga língua colonial (o francês) e colocando em seu lugar o inglês, com a justificativa de que seria uma língua mais voltada aos negócios.

Dessa maneira, até a educação ruandesa passou a ser realizada em inglês, num movimento oposto ao que comumente ocorre nos países africanos que obtêm ou buscam uma maior independência, e que para se autofirmarem valorizam as línguas locais (como foi o caso da África do Sul após o *apartheid* em que o as tradicionais línguas nativas também se tornaram oficiais). Tal movimento que acaba por subsumir a cultura local em nome de uma imposição de mercado e cultural externa.

Todavia, seríamos injustos em afirmar que o governo de Kagame realiza um mergulho cego em padrões ocidentais, já que em alguns setores da sociedade ruandesa busca-se referências em relações étnicas costumeiras da antiga sociedade Banyarwanda, mas sem expressar qualquer forma de divisão entre tutsis e hutus. Este processo é muito evidente principalmente no sistema judiciário,¹² como fica claro no sistema de mediação do *Abunzi*¹³ e também no próprio julgamento de parte do genocídio que foi problematizado pelos tribunais *Gacaca*¹⁴.

O processo histórico traumático e o duro governo ruandês trouxeram para a população ruandesa toda uma inércia política e social, imobilizando a crítica às políticas governamentais ou à construção de propostas de novas soluções ou outros caminhos a serem seguidos pelo país. Até o momento, grande parte dos ruandeses, apenas assiste aquilo o que é chamado pelo governo de sua reconstrução.

¹¹ A programação do cinema de da Kigali City Tower pode ser observado no site: <http://www.centurycinemas.rw/>

¹² Para mais informações, ver: FONSECA, Danilo F. Direitos costumeiros e crimes internacionais: a justiça ruandesa após o genocídio de 1994 – Tribunais Gacaca e Abunzi Odeere: revista do programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, Ano 1, número 2, volume 1, Julho – Dezembro de 2016.

¹³ O sistema Abunzi consiste em um sistema jurídico instituído em 2004, que possui inspiração em costumes jurídicos da sociedade Banyarwanda que são adaptados para a contemporaneidade ruandesa. Para mais informações ver: MUTISI, Martha. The Abunzi Mediation in Rwanda: Opportunities for Engaging with Traditional Institutions of Conflict Resolution, Accord, Issue v. 12, october 2011.

¹⁴ Os tribunais Gacaca foram tribunais com características costumeiras utilizados para julgar ruandeses envolvidos com o genocídio de 1994. Para mais informações ver: BORNKAMM, Paul Christoph. Rwanda's Gacaca Courts: Between Retribution and Reparation, Oxford, Oxford university press, 2012.

A criação do novo homem ruandês: novos valores, práticas e memórias

Dentro da proposta de reelaboração de Ruanda, além de questões que envolvem uma reconstrução da estrutura física, política e econômica do país, também é de fundamental importância a proposta levado a cabo pelo governo de reconstruir os valores culturais dos ruandeses, nosso principal foco neste momento.

Essa recondução da cultura nacional feita pelo governo ruandês pode ser entendida quase como de suma importância frente ao processo de trauma coletivo sofrido pela população local, tendo em vista que parte do genocídio foi também conduzido devido a questões culturais locais. Desta forma fica a cargo da Comissão de Unidade Nacional e Reconciliação (NURC) repensar quem são os ruandeses (ou quem deveriam ser os ruandeses) com o objetivo principal de impossibilitar novos episódios de violência ou alguma forma de revanchismo por parte de algum grupo com alguma concepção extremista acerca da sociedade ruandesa. (SUNDENBERG, 2016)

Todavia, por mais nobre que possa parecer tal propósito, devemos problematizar as intencionalidades do governo em tal processo, nos questionando: O que o governo ruandês entende como sendo questões culturais? Quais intencionalidades embutidas e até ocultas nesse processo? Como estas propostas se relacionam com o projeto político e econômico do governo ruandês?

Para encontrarmos respostas para tais perguntas nos debruçamos diante do documento “Rwandan Cultural value in National development” produzido pelo NURC. Neste documento podemos observar a concepção construída acerca do que seriam os valores culturais. Segundo a produção do NURC, os valores culturais servem para:

Direcionar cada pessoa para fazer as coisas certas, bem como dissuadi-lo do mal. Os valores dizem respeito a pessoas de diferentes categorias, independentemente da idade, do sexo e colocam todos no seu devido lugar na família mais ampla da sociedade ruandesa. (NURC, 2011, p. 15) [tradução própria]¹⁵

A concepção expressa no documento demonstra que os valores culturais de uma sociedade teriam uma função organizatória, em que tais valores colocariam cada um no seu lugar certo, de modo a fazer com que a sociedade fugisse de um suposto “mau”. Aqui, nos parece que esse “mau” poderia ser entendido como um possível influenciador de ações

¹⁵No original: Values direct every person towards doing the right things as well as deterring him from evil. Values concern people of different categories regardless of age, sex and they put every one in his or her right place in the wider Family of the Rwandan society

extremistas como o genocídio, assim, a sociedade deveria seguir os valores certos para seguir no caminho certo e não cair novamente em processos como o de 1994. (SUNDBERG, 2016)

Além de uma limitação na concepção de valores culturais, o documento nos parece ter uma pretensão de organizar também a própria sociedade ruandesa de modo a evitar processos extremistas, além de trazer um imobilismo para Ruanda, na medida que cada um deveria fazer aquilo que lhe era devido, dando pouco margem de criticidade aos seus cidadãos. Tal questão também é visível no seguinte trecho do documento:

Os valores culturais ruandeses podem ser definidos como práticas tradicionais boas e éticas que todos os ruandeses têm para promover o respeito interpessoal e a convivência boa e pacífica, fortalecer sua unidade e construir dignidade e confiança. (NURC, 2011, p. 10)[tradução própria]¹⁶

O governo ruandês, ao refletir acerca dos valores culturais da população ruandesa através do NURC, busca estrutura-los a partir de três questões gerais que julga ser importantes para a unificação nacional. Pudemos observar no decorrer do documento que as preocupações do governo circundam temáticas que envolvem a Unidade, o Trabalho e o Patriotismo, pontos os quais estão diretamente vinculados ao próprio lema nacional proposto pela FPR: Unidade, Trabalho e Patriotismo.¹⁷

Porém, mais do que analisar os valores culturais ruandeses a partir de tais eixos, o NURC busca gestar um diagnóstico da sociedade ruandesa, pensando a partir de tais temáticas quais seriam os valores ruandeses que ajudariam a promovê-las e quais valores se comportariam como barreiras ou até uma espécie de “comportamento vergonhoso” (Shamefull Behaivors, segundo o documento) que estariam minando os eixos temáticos propostos pela comissão e pelo governo.

Sendo assim, o documento do NURC possui uma concepção quase que maniqueísta acerca dos valores culturais ruandeses, colocando-os ou como positivos ou negativos para o país, tendo características boas ou más para a formação da sociedade. Além de criar uma concepção valorativa dos comportamentos culturais dos ruandeses, a comissão também propõe estratégias de intervenção na cultura ruandesa que seriam para “melhorar o comportamento dos ruandeses”.

Cabe a nós aqui pensarmos o que o governo ruandês está valorizando e menosprezando na cultura nacional e pensarmos quais são as intencionalidades deste governo

¹⁶No original: Rwandan cultural values can be defined as “good and ethical traditional practices that all rwandans have in order to promote interpersonal respect and good and peacefull coexistence, strengten their unity, and built dignity and confidence.”¹⁶

¹⁷No original: Unity, Work and Patriotism.

frente a tais questões. Para tal construiremos a argumentação a partir dos próprios eixos temáticos propostos pelo governo ruandês que orbitam principalmente em questões que envolvem a unidade nacional, o patriotismo, e o trabalho.

Para construir uma base supostamente mais sólida da “nova” sociedade ruandesa, um dos motes trazidos pelo governo da Frente Patriótica Ruandesa e que pode ser observado no documento do NURC é a necessidade de se valorizar a história ruandesa e antigas práticas da sociedade Banyarwanda. Conforme vimos anteriormente, o governo da FPR realizou tal aproximação em diversas instâncias da sociedade com o propósito de reconstruir um país destruído e dividido pelo genocídio de 1994 e no caso dos valores culturais ruandeses não foi diferente.

Todavia, o governo cria uma seletividade do que deve se valorizar e descartar dentro da Cultura ruandesa e também de sua própria história, em que *“Os ruandeses devem analisar sua história antiga em que podem encontrar boas práticas e valores que caracterizaram seus antepassados. Aqueles devem ser a base para a existência e florescimento da nação”* (NURC, 2011, p. 4)¹⁸.

A seletividade do governo fica visível naquilo que considera o que seria *“boas práticas e valores”* na *“história antiga”* e cultura ruandesa, já que, segundo o documento, os bons valores estariam vinculados essencialmente à *“promoção da unidade e do patriotismo”* (NURC, 2011, p. 4), em que os cidadãos deveriam *“se informar da visões e estratégias da nação e ajudar na implementação”* (NURC, 2011, p. 4) de tais estratégias, *“se orgulhando de desenvolver o país”* (NURC, 2011, p. 4).

Assim, as *“boas práticas e valores”* parecem ser aquelas que se alinham diretamente com o projeto de governo da FPR, promovendo a estabilidade para o governo, sem permitir margem de criticidade e de multiplicidade de concepções políticas, e até mesmo de uma oposição política efetiva no país, o que fica mais nítido ao nos aprofundarmos no documento (SUNDBERG, 2016)

Para legitimar tal posição, o governo realiza um *“contorcionismo histórico”* para gestar um passado ruandês harmonioso e sem divisões, em que:

Antes do colonialismo, Ruanda era um país bem organizado onde as pessoas viviam em harmonia umas com as outras e ficavam orgulhosas de ser ruandeses. Os ruandeses tinham seus próprios valores culturais que guiavam seus comportamentos

¹⁸No original: Rwandans should analyse their old history in wich they can find good practices and values wich characterised their ancestors. Those must be the basis for the existence and flourishing of the nation.

e contribuíram para a promoção do bem-estar social, convivência social, unidade e patriotismo. (NURC, 2011, p. 6) [tradução própria]¹⁹

O suposto passado harmonioso dos ruandeses teria existido, segundo o documento, em um momento anterior ao colonialismo, ou ainda na “antiga História” de Ruanda (conforme foi posto anteriormente), em que a dominação colonial teria se tornado um divisor de águas dessa quase edílica sociedade, que teria vivido com bons comportamentos culturais que promoveriam a unidade e o bem comum dos “ancestrais” dos ruandeses. O colonizador seria o responsável pela desestruturação e divisão da sociedade ruandesa e de diversas mazelas que tal divisão teria gestado na sociedade ruandesa, em que, segundo o documento:

Durante o colonialismo, Ruanda não conseguiu escapar da administração colonial, que ostensivamente veio com a missão de civilizar os africanos. Mas, durante suas administrações, particularmente em Ruanda, os colonialistas encontraram uma estrutura administrativa altamente organizada que era impenetrável para eles explorarem e abusarem. Eles, portanto, decidiram usar a política de dividir para dominar. A discriminação e a divisão atingiram uma maior magnitude culminando com genocídio de 1994 cometido contra os tutsi, que teve consequências duradouras em todas as esferas.. (NURC, 2011, p. 9) [tradução própria]²⁰

O documento coloca a responsabilidade da divisão de Ruanda, provavelmente entre tutsis e hutus, no poder colonial Belga, em que a responsabilidade pelas tensões causadas entre tais grupos seria exclusiva de agentes exteriores à territorialidade ruandesa.

É importante ressaltar que a administração colonial belga em Ruanda colaborou significativamente com o processo histórico de construção de identidades que tiveram um importante papel no caminho que os próprios ruandeses seguiram e que culminou no genocídio (GOUREVITCH, 2006, p. 56). Todavia, não é possível culpabilizar a administração belga pelo genocídio, já que, em primeira instância, a literatura que realiza tal entendimento alinhado ao governo ruandês, acaba de maneira inconsciente (ou não) considerando os sujeitos históricos ruandeses como passivos e não sendo sujeitos de sua própria história, lhes negando a própria história.

É também interessante notar no trecho supracitado que este é um dos poucos momentos (de apenas dois em toda a fonte) que o termo tutsi é utilizado, sendo que em todos os momentos o termo apenas designa uma certa temporalidade da história de Ruanda: “o

¹⁹No original: Before colonialism Rwanda was a well-organised country where people lived in harmony with one another and were proud of being Rwandans. Rwandans had their own cultural values which guided their behaviours and contributed to the promotion of social welfare, social coexistence, unity and patriotism.

²⁰No original: During colonialism, Rwanda equally did not escape from colonial administration that ostensibly came with the mission of civilizing Africans. But, during their administrations, particularly in Rwanda, colonialists found a highly organised administrative structure that was impenetrable for them to exploit and abuse. They therefore decided to use the policy of divide and rule. Discrimination and division reached a higher magnitude to the extent of culminating in the 1994 genocide committed against the Tutsi, which has had long lasting consequences in all spheres.

genocídio contra os tutsis”. Em todo o documento, em nenhum momento o termo hutu é apresentado, e essa ocultação do termo está diretamente vinculada à necessidade prática do governo ruandês de se gestar uma sociedade mais unificada e homogeneizada. Assim, um leitor mais desavisado poderia entender que a identidade de tutsis e hutus não faria parte da história e da cultura, ou que seria no máximo uma invenção, ou intervenção, ou ainda interpretação por parte dos belgas frente a sociedade ruandesa pré-colonial, o que não procede, conforme apontam diversos estudos sobre a temática.²¹

O olhar para o passado realizado por órgãos governamentais com objetivos políticos, econômicos e sociais no tempo presente é bastante comum na história, já que muitas vezes o presente busca se legitimar pelo passado. No mundo contemporâneo podemos observar este processo na constituição dos nacionalismos europeus dos impérios do século XIX e início do XX, na construção do fascismo por todo o mundo no entre guerras e em nossa contemporaneidade, e também na própria construção de identidades nacionais pelos países africanos em seus processos de libertação e independência, que muitos países buscaram passados comuns para a população local (ou parte dessa população) para gestar alguma forma de unidade nacional.

Esse processo ocorreu inclusive em Ruanda, em que o processo de independência ficou muito vinculado à Revolução Hutu de 1959 e a construção da visão de que a Ruanda independente deveria ser a terra dos Hutus frente a séculos de uma suposta dominação realizada pela população Tutsi diante da população hutu.²² Essa concepção colaborou significativamente com o genocídio em 1994, e a visão da história que o governo ruandês pós genocídio busca construir é completamente oposta e, por mais que tenha motivos nobres em sua elaboração, também é repleta de intencionalidade por parte dos grupos dominantes da nova Ruanda e não parece problematizar a história e a sociedade ruandesa de maneira profunda.

As intencionalidades do governo ruandês ao se debruçar na história e na cultura ruandesa ficam claras ao pensarmos quais são consideradas as boas e más práticas e valores da sociedade ruandesa diante da unidade, o patriotismo, e o trabalho.

Ao problematizar questões que envolvem a governança, a preocupação central do governo da FPR expresso no documento do NURC está diretamente ligado a uma

²¹ Como é o caso de: MAMDANI (2002), NEWBURY (1997), DES FORGES (1999), entre outros.

²² Esse processo pode ser melhor entendido em: [FONSECA, Danilo F.](#) Etnicidade de hutus e tutsis no Manifesto Hutu de 1957. Cadernos de História, v. 17, p. 221-250, 2016.

preocupação no que tange os serviços oferecidos pela população ruandesa. Segundo o documento, a boa governança estaria atrelada principalmente a

Os valores relacionados à boa prestação de serviços incluem cumprir a responsabilidade, a transparência, a prestação de serviços rápidos, o bom atendimento ao cliente, a participação dos cidadãos no desenvolvimento nacional, bem como o bom gerenciamento do tempo. (NURC, 2011, p. 6) [tradução própria]²³

Todavia, para a FPR tais questões não estariam tão presentes assim nos valores culturais ruandeses, muito pelo contrário, pois, segundo o documento, seria:

impossível falar sobre valores culturais ruandeses sem falar sobre comportamento vergonhoso e atitudes negativas que minam a boa governança e o patriotismo. Em seguida, temos várias barreiras que afetam a boa entrega de serviços. Eles incluem entrega de serviços ruim, gerenciamento de tempo ruim e autoritarismo. (NURC, 2011, p. 7)[tradução própria]²⁴

É interessante notar que ao analisar os valores culturais ruandeses, o governo ruandês coloca como um comportamento vergonhoso por parte da população uma suposta falta de compromisso ao exercer serviços, principalmente na entrega e na administração do tempo, e que seria um comportamento mais desejado, ou algo a ser ensinado para a população, possuir um maior envolvimento com o exercício de funções atreladas aos serviços prestados na sociedade, ou conforme o próprio documento expõe:

Os ruandeses devem entender que têm que dar bom tratamento ao cliente a todas as pessoas que visitam seu escritório, loja, mercado, quem visita um hospital ou qualquer outra instituição de serviço. Todos aqueles têm direitos sobre o serviço que eles procuram. A responsabilidade de quem oferece serviço é tratar as pessoas de forma igual sem qualquer tipo de discriminação baseada em status ou estratificação social. As pessoas não deveriam desperdiçar tempo durante a entrega do serviço.(NURC, 2011, p. 22)[tradução própria]²⁵.

Essa concepção possui comunicações com o modo que o documento do NURC aproxima os valores e práticas culturais ruandeses do mundo do trabalho, demonstrando uma atenção especial para o que envolve o compromisso e o zelo pelo trabalho.

Segundo o documento:

Existem valores que promovem o trabalho e o desenvolvimento. Os que promovem o trabalho são: ter conhecimento e habilidades, ter zelo e interesse, trabalhar em

²³No original: values related to the good customer care, participation of citizen in national development as well as good time management.

²⁴No original: impossible to talk about Rwandan cultural values without talking about shameful behaviour and negative attitudes under mining good governance and patriotism. Below, we have various barriers affecting good service delivery. They include bad service delivery, bad time management and dictatorship.

²⁵No original: Rwandans must understand that they have to give good customer care to every person visiting their office, shop, Market, those visiting a hospital or any other service institution. All those have rights to the service they seek. The responsibility of those who offer service is to treat people equally without any kind of discrimination based on status or social stratification. People should not waste time during service delivery.

direção a um alvo, a qualidade da cooperação no trabalho, administração de tempo, criatividade, inovação e celebrar realizações. Os valores relacionados à produtividade incluem a busca de progresso e desenvolvimento, boa gestão de recursos, poupança, auto competência e empreendedorismo.(NURC, 2011, p. 7)[tradução própria]²⁶.

No trecho supracitado, fica caracterizado o que se espera do que seriam boas práticas e valores culturais acerca do trabalho, nos deixando a impressão que a cultura deveria promover cidadãos tenham zelo e prazer em seu trabalho, demonstrando compromisso em sua atividade laboral, em que “*O amor ao trabalho e o trabalho bem feito são algumas das coisas que dão a pessoa respeito e dignidade. Amar o trabalho é fazê-lo com zelo e alegria*” (NURC, 2011, p. 16) [tradução própria]²⁷. Além disso, ruandeses deveriam buscar um aprimoramento e qualificação de suas atividades, todavia, para o governo ruandês tais pontos não fariam parte dos valores da população ruandesa, já que uma série de comportamentos minariam o trabalho e o desenvolvimento em Ruanda.

Segundo os escritos do NURC:

(...)Colocamos ênfase em comportamentos negativos e atitudes negativas que prejudicam o trabalho e o desenvolvimento. No que diz respeito ao trabalho, os comportamentos negativos e as atitudes negativas que afetam o trabalho incluem preguiça, falta de devoção, falta de motivação, não trabalhar bem, falta de pontualidade, dependência, negligência no trabalho e falta de qualidade. (NURC, 2011, p. 7) [tradução própria]²⁸

A concepção gestada pelo governo ruandês é que seu povo seria majoritariamente composto por pessoas que possuiriam um baixo compromisso com o trabalho, causado por problemas de motivação (ou até devoção ao trabalho), resultando em trabalhos mal feitos e baixa pontualidade.

Outro ponto nefrágico que pudemos observar no documento é o modo que o patriotismo é compreendido e incentivado quase que de uma maneira nacionalista no decorrer documento, em que os ruandeses precisariam demonstrar ser “cidadãos patriotas”, com “devoção e comprometimento” com o desenvolvimento do país e “orgulho” de ser ruandês, já que a pátria estaria acima de tudo, ou, conforme aponta o documento:

²⁶No original: There are values that promote work and development. Those that promote work are: having knowledge and skills, having zeal and interest, working towards a target, the quality of work cooperation, time management, creativity, innovation and celebrating achievement. The values related to productivity include striving for progress and development, good management of resources, saving, self-competence and entrepreneurship.

²⁷No original: love for work and work well done are some of the things that give a person respect and dignity. Loving one's job is doing it with zeal and joy.

²⁸No original: we put emphasis on bad behaviours and negative attitudes that undermine work and development. Regarding work, bad behaviours and negative attitudes affecting work include laziness, lack of devotion, lack of motivation, not working well, lack of punctuality, dependence, neglecting work and lack of quality.

Não importa o quão rico você seja, viver sem seu país torna isto é insignificante. Ter um país é um valor importante. Todos devem ter um espírito do patriotismo. Pessoas patriotas devem amar todos os cidadãos sem qualquer tipo de discriminação. Eles também devem garantir a segurança e a integridade nacionais.(NURC, 2011, p. 15) [tradução própria]²⁹

O valor patriótico, ou até o “*espírito do patriotismo*”, deveria ser algo presente em todos os ruandeses, independente de da origem social, ou econômica, já que, conforme aponta o documento “*não importa o qual rico você seja, sem uma pátria isso não tem significado*”. Nesse sentido o documento prega uma plena unidade entre os ruandeses, e a via que pareceu ser mais eficaz para o governo ruandês foi valorizar um patriotismo no tempo presente e colocar esse patriotismo como sendo um antigo valor da sociedade Banyarwanda.

Anacronicamente, tais valores são postos pelo documento como sendo comuns aos ruandeses antes da colonização, em um movimento que coloca novamente o colonialismo como um dos responsáveis por uma decadência dos valores culturais ruandeses e que acabaram por resultar na divisão da sociedade ruandesa. Nessa medida, existe uma preocupação especial no documento com o que tange a unidade do país, conforme podemos observar no seguinte trecho abaixo:

[Unidade] é um dos valores que contribuem para o desenvolvimento sustentável do país. Onde existe unidade entre as pessoas, existe um desenvolvimento seguro. As pessoas podem resistir a qualquer tipo de agressão e manter sua segurança. Desde tempos imemoriáveis, os ruandeses acreditam que a unidade é um pilar inabalável que leva ao desenvolvimento sustentável.(NURC, 2011, p. 18)[tradução própria]³⁰

A unidade se demonstra como uma valor e prática cultural fundamental para os ruandeses, principalmente para a proposta de se realizar um desenvolvimento sustentável do país. Todavia, o documento evoca o que seriam “tempos imemoriáveis” em que os ruandeses se uniam para promover um desenvolvimento sustentável, em que, além do flagrante anacronismo frente ao recente termo “desenvolvimento sustentável”, o governo cria quase que um modelo ideal de seu passado que supostamente não poderia ser lembrado, deixando-o sem margens de questionamento, gestando cidadãos exemplares (SUNDBERG, 2016).

Além de refletir acerca de como os valores e práticas ruandesas deveriam se comportar frente à questões que envolvem o patriotismo e a unidade nacional, o documento também

²⁹No original: No matter how rich you are, without living in your country it is meaningless. To have a country is a important value. Everyone must have a spirit of patriotism. Patriotic people should love all citizens without any kind of discrimination. They must also insure national security and integrity.

³⁰No original: [Unity] is one of the values wich contribute to sustainable develepment of the country. Where there is unity among people, there is also development. People can resist any kind of aggression and maintain their security. From imemorial time, Rwandans believe that unity is an unshakeable pillar that leads to sustainable development.

ressalta o que considera as barreiras e comportamentos vergonhosos que minariam boas posturas patrióticas que promoveriam a unidade. Segundo o documento:

Considerando que as barreiras ao patriotismo incluem traição ao país, fraude, divisão e discriminação, falta de compromisso no processo de desenvolvimento do país, egoísmo e autoconhecimento e falta de orgulho de ser ruandês. (NURC, 2011, p. 7)[tradução própria]³¹

No documento é flagrante a crítica realizada a ruandeses que não sentiriam o orgulho de ser ruandeses e que não possuiriam o comprometimento com o processo de desenvolvimento do país. Atrelado a essa mesma postura, é comum encontrarmos no documento também uma grande crítica a divisão e a formação de grupos ocultos ou que não trabalhem dentro da perspectiva de desenvolvimento do país. Tais críticas estão diretamente alinhadas aos prováveis grupos opositores ao governo do presidente Paul Kagame, que constantemente apela para a unidade nacional e o nacionalismo para legitimar o seu próprio governo, colocando muitos grupos opositores como sendo pessoas responsáveis por dividir Ruanda, o que supostamente estaria vinculado a posturas próximas ao do genocídio de 1994.

Assim, o governo ao pregar uma unidade nacional e o patriotismo, vincula este projeto diretamente à uma homogeneização da sociedade ruandesa, sem dar margem para a própria pluralidade histórica de Ruanda, que deveria ser problematizada de maneira mais profunda. Mais do que isso, o governo articula essa homogeneidade dos ruandeses com o seu próprio projeto de desenvolvimento do país, como se este fosse uma via de mão única, sem margens para questionamentos e também sem espaço para a consolidação de uma oposição política e social efetiva.

Esse projeto de desenvolvimento fica mais claro ao refletirmos, a partir do documento produzido pelo NURC, acerca dos diagnósticos sobre as práticas e valores culturais ruandeses e as intervenções necessárias para supostamente melhorar a cultura e os valores do ruandeses.

Boa parte destes diagnósticos estão vinculados ao projeto governamental do “Itorero Ry’igihugu” que, assim como outros projetos lançado pelo governo da Frente Patriótica Ruandesa, busca práticas e valores culturais no passado pré-colonial dos ruandeses para legitimar políticas públicas em seu tempo presente.

³¹No original: Where as barriers to patriotism include be trayal of country, embezzlement, division and discrimination, lack of commitment in the process of development of the country, selfishness and self-knowledge and lack of pride of being Rwandan.

Segundo o documento proposto pelo NURC o Itorero Ry'igihugu (ou apenas Itorero daqui em diante³²) seria uma prática tradicional voltada para a educação dos ruandeses, principalmente no que tange o ensinamento de valores culturais. Tal prática educacional estaria estruturada a partir da corte real dos Banyaruandas, principalmente a partir da figura real do Mwamy, porém, o documento não cita diretamente a o Mwamy, tendo em vista que comumente a sociedade ruandesa liga a história da família real ruandesa a questões voltadas aos tutsis, já que os Mwamys eram tutsis.

A maneira que o governo ruandês interpretou o antiga prática do Itorero está diretamente vinculado aos problemas traçados pelo documento do NURC, na medida que o Itorero é visto como uma prática antiga que proporcionava a “*promoção do Patriotismo*” (NURC, 2011, p. 64), da “*unidade entre o povo de Ruanda*” (NURC, 2011, p. 64), do “*trabalho para o desenvolvimento sustentável*” (NURC, 2011, p. 64), entre outros. Segundo o documento, esta educação viria inicialmente da própria família, em que os meninos ruandeses aprenderiam principalmente: “*amar o trabalho e ser ativo em tudo o que ele faz*”(NURC, 2011, p. 64), “*ser limpo em todos os lugares*” (NURC, 2011, p. 64), “*a superar a preguiça e o medo (...)*” (NURC, 2011, p. 64), enquanto que as meninas aprenderiam principalmente a: “*ser polidas*” (NURC, 2011, p. 64), “*ter auto respeito*” (NURC, 2011, p. 64), “*ser limpa*” (NURC, 2011, p. 64) e “*amar o trabalho, especialmente as atividades domésticas*” (NURC, 2011, p. 64).

A interpretação realizada pelo governo acerca do Itorero faz com esta prática se torne ideal para a colaboração das propostas políticas e econômicas do governo, já que “coincidiriam” exatamente com as preocupações governamentais no que tange a suposta falta de patriotismo, unidade e dedicação ao trabalho por parte dos ruandeses. Tais preposições estão diretamente ligadas ao próprio slogan lançado pelo governo: “Unity, Work and Patriotism”.

Desta forma, o programa do Itorero Ry'igihugu foi lançado pela presidência da República de Ruanda em 16 de novembro de 2007, em que, segundo Paul Kagame declarou:

Que se ruandeses analisarem a situação corretamente, eles verão que há três coisas que devem ter em mente para resolver seus problemas. (...) Primeiro, os líderes têm responsabilidades de resolver os problemas que as pessoas se envolvem, mas também todos os ruandeses precisam se preocupar. Em segundo lugar, os ruandeses têm a capacidade de resolver seus problemas. Em terceiro lugar, as pessoas devem trabalhar arduamente. (NURC, 2011, p. 10) [tradução própria]³³

³² Essa abreviação também é realizada no decorrer do documento produzido pelo NURC.

³³No original: “that if rwandans analyse the situation properly, they find that there are three things that they must bear in mind in order to solve their problems. (...) First, Leaders have responsibilities of solving the problems people encounter, but also all rwandas in general are concerned. Second, Rwandans have the capacity to their problems. Third, people should work hard.

A proposta do Itorero passa por uma reformulação da mentalidade e das atitudes dos ruandeses, o que resolveria muitas questões que seriam reforçadas pelos supostos “comportamentos vergonhosos” da população, ou seja, os “*Os ruandeses devem ter uma visão comum e senso de pertencimento, alterando sua mentalidade nas atividades diárias*” (NURC, 2011, p. 4) [tradução própria]³⁴, tornando-os mais ativos, trabalhadores, unidos e com um sentimento de pertencimento frente ao seu país e o próprio governo.

É interessante notar que também existe uma preocupação com a dependência e a iniciativa dos trabalhadores ruandeses, em que “*Os ruandeses têm a capacidade de resolver seus problemas*” uma preocupação que se demonstra especial no decorrer do documento, norteando boa parte dos diagnósticos realizados e as soluções propostas. Segundo o documento produzido pelo NURC:

Após o genocídio de 1994 contra os tutsi, o governo do Ruanda constatou que é necessário usar a cultura ruandesa na reconstrução do país para que as pessoas possam viver em harmonia, o que, por sua vez, leva ao desenvolvimento sustentável. Para atingir esse objetivo, os ruandeses devem entender que possuem capacidades e confiança que podem ajudá-los a resolver os problemas que enfrentam na vida cotidiana. (NURC, 2011, p. 6)[tradução própria]³⁵

A superação do traumático processo do genocídio e a consolidação de uma sociedade que possua características mais harmoniosas teria como um de seus pontos nevrálgicos os ruandeses entenderem as suas capacidades e tomar iniciativa frente aos seus problemas. Tal concepção está diretamente ligada à um clássico diagnóstico da sociedade ruandesa em que a população local é posta como excessivamente passiva, conforme aponta Newbury (1997), inclusive, um dos principais diagnósticos acerca do genocídio seria devido à essa suposta passividade dos ruandeses, que fizeram apenas o que seus líderes pediram. Todavia, precisamos destacar que esse diagnóstico não tem procedências, já que desconsidera diversos sujeitos históricos ruandeses que resistiram a atuar no genocídio, além de homogeneizar uma complexa e plural sociedade, sem se ater aos setores sociais específicos que mais participaram ativamente do genocídio.

³⁴No original: rwandans should have a common vision and sense of owner ship by changing their mindset in every day activities.

³⁵No original: After the 1994 genocide committed against Tutsi, the government of Rwanda found that it is necessary to use Rwandan culture in rebuilding the nation so that people can live in harmony which in turn leads to sustainable development. In order to achieve this objective, Rwandans should understand that they have capabilities and confidence wich can enable them to solve the problems they encounter in their every day life.

Por outro lado, as contínuas vezes que o documento traz a necessidade dos ruandeses resolverem seus próprios problemas e também possuírem iniciativa para enfrentar questões do seu cotidiano poderia estar atrelado ao próprio projeto político e econômico do país, em que fortalecesse uma postura neoliberal, e é importante ressaltar que dentro de um projeto alinhado com o neoliberalismo, principalmente dentro de um linha taylorista, espera-se do trabalhador mais autonomia e iniciativa. Tais questões também ficam evidentes no seguinte trecho, em que a dedicação ao trabalho e a necessidade de se tomar iniciativa em decisões ficam claras:

Para se desenvolver, as pessoas devem entender que têm capacidade e competência para resolver qualquer problema sem aguardar o apoio de outras pessoas. As pessoas devem trabalhar arduamente e usar seus conhecimentos e esforços para alcançar resultados bem-sucedidos sem depender de qualquer tipo de apoio de outras pessoas, por vezes, mesmo que venha, é muito tarde. (NURC, 2011, p. 29) [tradução própria]³⁶

Assim, o diagnóstico governamental acerca dos valores e práticas culturais de Ruanda estaria também vinculado a uma necessidade de gestar um novo homem ruandês mais próximo de questões ocidentais, mas paradoxalmente estas aproximações são realizadas a partir da própria tradição local, como é caso da própria releitura do Itorero.

É importante destacar que de modo algum o documento visa constituir uma ode a questões tradicionais, deixando claro como estas seriam ferramentas para a construção de uma Ruanda moderna e em comunicação com um mundo globalizado, ou seja, o governo ruandês não se propõe a ter uma postura nativista. A proximidade com questões ocidentais são também evidenciadas no documento produzido pelo NURC, trazendo principalmente as influências culturais que o mundo ocidental trouxe para Ruanda. Segundo o documento:

O contato da cultura rwandesa com outras culturas tem um poderoso impacto sobre cidadãos rwandanos. O uso da tecnologia, vestuário, línguas internacionais e o uso do dinheiro são alguns dos valores que têm impacto na cultura ruandesa.. (NURC, 2011, p. 32) [tradução própria]³⁷

Ao refletir acerca das alterações que a cultura ocidental “ofereceu” aos ruandeses e seus supostos impactos positivos, o documento valoriza quase que exclusivamente as influências no que tange a melhoria produtiva da tecnologia, a facilidade em se fazer negócios com moedas e a importância para os negócios em se ter uma língua estrangeira corrente

³⁶No original: In order to develop, people should understand that they have capacity and competence to solve any problem without waiting for support from other people. People should work hard and use their knowledge and efforts to reach successful results without relying on anykind of support from others because sometimes even if they come, it is too late.

³⁷No original: The contact of rwandans culture with others cultures has a powerful impact on rwandan citizens. The use of technology, clothing, internacional languages and the use of Money are some of the foreing values that have impact on Rwandan culture.

(complementando a língua local), ou seja, tais influências parecem reduzidas a questões que tangem o mundo econômico. Um dos poucos pontos que essa reflexão deixa de lado questões econômica é no momento em que as vestimentas ocidentais são postas em evidência, já que estas seriam um jeito de ensinar que “*Todo mundo deveria ser esperto evitando roupas vergonhosas*”(NURC, 2011, p. 32)[tradução própria]³⁸.

Considerações Finais

Na análise sobre os valores e práticas culturais ruandeses, os agentes do governo da Frente Patriótica Ruandesa acabam por construir um documento que aponta mais o que deveriam ser os valores culturais ruandeses e não o que estes realmente são. Isto nos traz a impressão que aquilo que o governo entende como sendo práticas e valores culturais seriam algo mais próximo de um manual de regras de conduta e de moral baseado em supostos costumes locais.

As críticas realizadas às condutas dos ruandeses que não dariam tudo de si no trabalho, que não idolatrariam a própria pátria e que não colaborariam com a construção de uma sociedade com mais unidade, ou homogeneidade, são críticas que permeiam boa parte do documento, conforme vimos anteriormente, gestando assim mais uma idealização do que deveriam ser as práticas e valores culturais ruandeses, tornando este mais um manual de conduta moral.

Essa idealização de valores e práticas culturais não se apresenta de maneira completamente desconexa dos ruandeses, já que em sua formulação é realizado um movimento pendular entre o passado de Ruanda e o seu próprio presente para legitimar as mudanças de comportamento do povo ruandês. Porém, o olhar lançado para o passado parece ser num primeiro momento uma visão romantizada de períodos imemoriáveis da antiga sociedade Banyarwanda, em que os ruandeses são colocados em seu passado como sendo mais patriotas, dedicados ao trabalho e unidos.

A política pública proposta como uma ferramenta para a manutenção do homem ruandês do século XXI a partir do homem ruandês do século XIX foi denominada pela FPR de “*Itorero ry’Igihugu*”, que seria baseada em uma forma de educação anterior ao colonialismo, em que todo ruandês aprendia seus valores culturais, principalmente no que tange o patriotismo. Assim, o programa do “*Itorero*” é relançado com o objetivo de o Estado

³⁸No original: Every body should be smart by avoiding shameful clothes.

ser um agente de promoção de bons valores e práticas culturais, principalmente no que tange a ensinar os ruandeses a idolatram o próprio país e a melhorar as suas atitudes frente ao mundo do trabalho, assim, gestando cidadãos modelos, conforme nos aponta Sundberg (2016).

Ao utilizar tal interpretação do passado, além de cometer uma série de anacronismos, o governo ruandês busca também gestar um novo homem ruandês em seu tempos presente. Esse homem ruandês do século XXI seria um homem mais dedicado ao trabalho e ao projeto político de seu país, o que flerta diretamente com o projeto político e econômico do governo do presidente Paul Kagame.

Desta forma, o governo ruandês consegue a partir de um programa de valores e práticas culturais ruandeses, promover o seu próprio projeto de governo, evitando a manifestação de posições políticas oposicionistas e levando os ruandeses a se postarem cada vez mais como trabalhadores modernos.

Referências bibliográficas

- BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-BADI, M. Kabunda. *África em La globalización neoliberal: las alternativas africanas*. Buenos Aires, Revista Theomai, n 17, 2008.
- BELLUCCI, Beluce. **O Estado na África**. Revista Tempo do mundo, v. 2, n. 3, p. 9-43, 2010.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: ROUANET, Sérgio Paulo (Org.). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BERKELEY, Bill. **The graves are not yet full: Race, tribe and power in the heart of Africa**. New York, Basic book, 2001.
- BORNKAMM, Paul Christoph. *Rwanda's Gacaca Courts: Between Retribution and Reparation*, Oxford, Oxford universitypress, 2012.
- CRISAFULLI, Patricia, REDMOND, Andrea. *Rwanda, Inc.: how a devastated nation became an economic model for the developing world*. Nova Iorque, Palgrave Macmillan, 2012.
- DES FORGES, Alison, **"Leave none to tell the story": genocide in Rwanda**. New York: HumanRightsWatch, 1999.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora, Editora UFJF, 2005.

FONSECA, Danilo F. **Direitos costumeiros e crimes internacionais: a justiça ruandesa após o genocídio de 1994 – Tribunais Gacaca e Abunzi**Odeere: revista do programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, Ano 1, número 2, volume 1, Julho – Dezembro de 2016.

FONSECA, Danilo Ferreira da. A mídia ruandesa no genocídio de 1994: a relação entre tutsis, Inkotanyis e a Frente Patriótica Ruandesa. **Em Tempo de Histórias**, v. 22, p. 56-77, 2013.

FONSECA, Danilo Ferreira da. **África entre classes e etnias: África do Sul (1948-1994) e Ruanda (1959-1994)**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

[FONSECA, Danilo F.](#) Etnicidade de hutus e tutsis no Manifesto Hutu de 1957. *Cadernos de História*, v. 17, p. 221-250, 2016.

GOUREVITCH, Philip. **Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

MAMDANI, Mahmood. **When victims become killers: colonialism, nativism and the genocide in Rwanda**, Princeton: Princeton University Press, 2002.

MAMDANI, Mahmood. *Citizen and subject: Contemporary Africa and the legacy of late colonialism*. Princeton, Princeton University Press, 1996.

NEWBURY, Catharine. Ethnicity and the politics of history in Rwanda. **África Today**, v. 2, n. 44, p. 211 – 222, 1997.

STRAUS, Scott. **The order of the genocide: race, power, and war in Rwanda**. Ithaca, Cornell University Press, 2006.

SUNDBERG, Molly. *Training for ModelCitizenship: AnEthnographyof Civic EducationandState-Making in Rwanda*, Upsalla, PalgraveMacmillan US, 2016.

Fontes:

NATIONAL UNITY AND RECONCILIATION COMMISSION (NURC)/ ITORERO RY'IGIHUGU, REPUBLIC OF RWANDA, **Rwandan cultural values in nationaldevelopment**, Ruanda, 201

Danilo Fonseca: Professor do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Mestrado Profissional em Ensino de História da mesma instituição. É mestre e doutor em História Social da Cultura pela PUC-Rio.

Artigo recebido para publicação em: julho de 2017
Artigo aprovado para publicação em: julho de 2017

Como citar:

FONSECA, Danilo. Cultura, identidade e neoliberalismo na Ruanda pós-genocídio em busca de um novo homem ruandês. **Revista Transversos. “Dossiê: Áfricas e suas diásporas”**. Rio de Janeiro, nº. 10, pp.297-321, Ano 04. ago. 2017. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528.
DOI: 10.12957/transversos.2017.29511

